



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025

(Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer a realização de audiência Pública, no âmbito desta Comissão, a fim de discutir sobre a necessidade de integração das políticas de Habitação e Saúde no Brasil

Senhor Presidente,

Nos termos dos Art. 24, Inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência, ouvido o Colegiado desta Comissão, a realização de reunião de Audiência Pública nesta Comissão para discutir a sobre a necessidade de integração das políticas de Habitação e Saúde no Brasil. Para a referida Audiência Pública, propomos a participação dos (as) seguintes convidados (as):

- Sra. Patrícia Sarquis Herden (Presidente) - Representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR);
- Sra. Luciana Mendes Santos Servo (Presidente) - Representante do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea);
- Sra. Ana Luiza Ferreira Rodrigues Caldas (Secretária) – Representante da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde;

JUSTIFICAÇÃO

A realização desta audiência pública busca discutir a necessidade premente de integração das políticas de Habitação e Saúde no Brasil, à luz do conceito de "saúde do habitat", formulado pela parceria do Ipea e CAU/BR. Este conceito





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

evidencia a moradia e todo o seu ambiente ao redor como um determinante social fundamental da qualidade de vida e, conseqüentemente, da saúde plena dos cidadãos.

A recente e devastadora pandemia de COVID-19 ressaltou de forma clara a indissociabilidade entre arquitetura, urbanismo e saúde pública. Em um cenário global de crise sanitária, ficou inegável que mostrando que condições inadequadas de moradia ampliam riscos e desigualdades sanitárias. Pesquisas recentes do Ipea com base no CadÚnico de 2024, destacam que mais de 16 milhões das habitações brasileiras carecem de infraestrutura sanitária e melhorias habitacionais, impactando diretamente a qualidade de vida de famílias em situação de vulnerabilidade.

A ausência de uma política intersetorial estruturada e coordenada ente Habitação e Saúde compromete a efetividade das ações governamentais, fragmentando investimentos e limitando o alcance das iniciativas. Experiências locais demonstram que a integração entre saúde e habitação pode gerar impactos imediatos, reduzindo internações por doenças de veiculação hídrica, ampliando a salubridade dos ambientes, qualificando o espaço urbano e promovendo a saúde coletiva e o direito à moradia.

Neste contexto, a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), instituída pela Lei Federal nº 11.888/2008, emerge como um instrumento estratégico nessa agenda, promovendo parcerias entre profissionais de arquitetura e urbanismo, profissionais de saúde e Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Os Conselhos Estaduais de Arquitetura e Urbanismo têm executado uma série de boas práticas de ações de fomento à ATHIS que promovem essa integração com a saúde pública, notavelmente as ações do CAU/RS, como os projetos "Casa Saudável" e "Nenhuma Casa Sem Banheiro", que foi replicado pelo CAU/DF, devido ao seu sucesso e relevância. Além disso, outros projetos também vão nessa direção, tais como "Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD)" da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o Projeto "Habitação Saudável", desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o projeto "Diagnóstico Habitacional a partir dos Agentes Comunitários de Saúde", articulado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil em Maringá/PR.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

As melhorias habitacionais, em sua essência, impactam diretamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Em particular, contribuem sobretudo aos ODS vinculados à saúde (ODS 3), saneamento (ODS 6) e redução das desigualdades (ODS11). Contudo, a persistente ausência de articulações e políticas estruturadas entre essas áreas dificultam a consolidação de ações intersetoriais em escala nacional, impedindo que o Brasil avance de forma consistente no cumprimento desses compromissos globais e na garantia de direitos básicos para sua população.

Diante desse cenário complexo e de urgência é essencial avançar na estruturação de políticas e programas integrados de Habitação e Saúde. Para isso, será necessário superar barreiras institucionais, fomentar parcerias entre Estado, profissionais, OSCs e universidades, e garantir sustentabilidade das iniciativas, no longo prazo a fim de promover cidades mais justas, saudáveis e resilientes para todos os brasileiros.

Nesse sentido, solicito apoio dos (as) nobres colegas na aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de de 2025.

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

